

METODOLOGIA E PRÁTICA PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

OLIVEIRA, Monyck Santos Barbosa¹

Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT

CERDEIRA, Valda Aparecida Antunes²

Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivos buscar reflexão acerca de Metodologias e Práticas desenvolvidas para alunos com Transtorno de Espectro Autista (TEA) e analisar quais são os métodos utilizados para a inclusão desses alunos no ambiente escolar regular, para isso será analisado o TEA nas escolas regulares. O trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográficas, legislação que garante a essa criança e adolescente ter acesso educacional para um ensino adequado. Contemplaremos uma visão geral do histórico sobre a Educação Inclusiva, como do TEA e suas características. O presente estudo justifica-se pela ausência de métodos que atende as demandas específicas de alunos com TEA.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Legislação, Metodologias. Transtorno de Espectro Autista

ABSTRACT

This research aims to seek reflection on Methodologies and Practices studied for students with Autism Spectrum Disorder (ASD) and analyze what are the methods used to include the students in the regular school environment, then ASD can be analyzed in regular schools. The paper was carried out through bibliographic research and legislation that guarantees an adequate education to the child and adolescent. Contemplate a historical overview of Inclusive Education, such as ASD and its characteristics. This study is justified by the absence of methods that meet the specific demands of students with ASD.

Keywords: Inclusive Education. Legislation, Methodologies. Autistic Spectrum Disorder

1. INTRODUÇÃO

De acordo com MEC (2006) Educação Inclusiva, traz a valorização da diversidade como um fator que enriquece toda a educação, tornando o processo

¹ Acadêmica do 4º ano do Curso de Pedagogia da Faculdade Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT, monycksantos98@hotmail.com

² Docente especialista em Gestão Pública pela UNICAMP, professora da Faculdade Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT, vcerdeira@hotmail.com

educacional uma mudança da formação dos docentes, fazendo com que esses profissionais pensem em mudanças e estratégias para a reestruturação escolar, onde aconteça a inclusão de todos os alunos de acordo com suas necessidades e também atendendo as necessidades educacionais especiais.

Segundo o Ministério da Educação (2008) a Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que se institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista que garante o direito em uma escola inclusiva. Buscou-se estabelecer a seguinte hipótese: há Metodologias e Práticas que auxiliam os professores no trabalho para inclusão de alunos com TEA?. Para a verificação de tal hipótese foram determinados os seguintes objetivos específicos: buscar fundamentações teóricas para o entendimento das Metodologias no contexto da educação inclusiva e investigar as Metodologias e Práticas para inclusão do aluno com TEA.

As primeiras descrições do Transtorno do Espectro Autista (TEA) foram feitas pelo psiquiatra Léo Kanner em 1943, onde o mesmo constatou nessas crianças algumas características como falta de habilidades em estabelecer interação, dificuldade na fala, insistência obsessiva em manter a rotina, rituais estereotipados e a incapacidade em olhar para o outro nas trocas sociais. Como um método para educacional para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista, Serra (2010) afirma a importância de aplicação do método ABA (Análise Comportamental Aplicada) a necessidade de essa prática ser utilizada em um ambiente atrativo ao aluno para garantir ao mesmo a generalização da aprendizagem. Outro método para auxiliar os professores é o TEACCH (Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com Desvantagens na Comunicação), traz a adaptação e a organização do ambiente, onde o espaço tem como objetivo facilitar a compreensão do aluno em suas tarefas, desenvolvendo no mesmo a independência (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2003). Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa escolhida foi à qualitativa de revisão bibliográfica com seu foco Metodologia e Prática para Inclusão de Alunos com o Transtorno do Espectro Autista.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Os primeiros relatos sobre o tratamento de pessoas com deficiência segundo Amaral (1995 e 1997), relaciona as representações das deficiências aos pareceres bíblicos, filosóficos e científicos, presentes em distintos contextos históricos. No Período Clássico, a segregação e desamparo das pessoas com deficiência eram institucionalizados; em Roma, uma lei permitia ao pai, logo após o parto, tirar a vida da criança se ela nascesse com alguma discrepância, já na Grécia, as pessoas eram abandonadas ou expostas publicamente e outras, entretanto, eram mortas.

Na idade Média, os cristãos ligavam a deficiência à culpa, violação moral e/ou social e ao pecado. A deficiência era a marca tangível desse pecado, que impedia o contato ao divino (LOANGO, 2017).

O conceito filosófico dos Greco-romanos legitimava a marginalização dos deficientes, assim o estado ordenava que todas as crianças, nascidas com alguma deformidade fossem mortas. Os médicos alquimistas Para Celso e Cardano no séc. XVI defendiam a possibilidade de tratamento dos deficientes, resultando em uma primeira tentativa científica de estudo, porém a concepção científica sobre a deficiência só foi estabelecida no séc. XIX, mediante aos estudos de Pinel, Itard, Esquirol, Seguin, Down, entre outros, que escreveram cientificamente a origem das deficiências, em uma concepção clínica (AMARAL, 1995).

A primeira escola especial surgiu em Paris na França, fundada por Valentin Haüy, a qual era voltada para a educação de portadores de deficiência visual, o Instituto Nacional de Jovens Cegos, onde era ocupado pelos jovens que ficavam internados para que fossem educados e instruídos, tendo um conhecimento das palavras, assim podendo ler. Com o passar dos anos, a ideia foi se expandindo, assim gerando a fundação de escolas compromissadas com a Educação Especial pela Europa e Américas (SANTOS, 2008).

A primeira iniciativa no Brasil veio a partir de 1854, através do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado no Rio de Janeiro por Dom Pedro II, o qual se baseou na experiência de José Álvares de Azevedo, brasileiro cego que estudou

num instituto francês. Tendo um perfil segregatório as escolas especiais funcionavam em forma de internato, possibilitando o avanço de métodos e sistemas de ensino, porém no séc. XX a ideia de inclusão foi sendo difundida (SANTOS 2008).

Considerando “[...] as sequelas das duas grandes guerras e a proposta de eugenia do nazismo através do extermínio contribuíram para que a recusa a qualquer forma de segregação se tornasse a partir de 1950 um imperativo moral” (DIAS, 2011 p.36).

A partir do estabelecimento da educação especial, surge uma necessidade de contemplar as pessoas que divergem o padrão estabelecido pela sociedade, se inicia uma busca de garantias para que todos prosperem de igual forma. As conquistas de direitos de pessoas com diferentes aspectos fisiológicos, se remete no fim do século XIX no Brasil, em um processo longo e demorado, somente nos últimos anos que foi iniciado a integração de alunos com algum tipo de desconformidade no ambiente escolar (JANNUZZI, 2004; MENDES, 2006).

A Educação inclusiva vem sendo difundida pela educação especial, que teve início nos Estados Unidos, após um movimento social de pais de alunos com deficiência, que pleitearam para seus filhos o acesso à escola regular com ensino de qualidade, que atendessem suas necessidades educacionais, fazendo assim surgir a Lei Pública nº 94.142 de 1975 (STAINBACK, STAINBACK, 1999).

Através dessa revolta, muitas coisas foram remodeladas na abordagem de ensino como na ideia de Educação Especial que se apresenta como uma modalidade de ensino escolar, profundamente ligada à estrutura e ao funcionamento da educação básica e superior, sendo uma concepção histórica do século XX. Nessa época as escolas regulares passaram a compartilhar algumas preocupações referentes ao atendimento especializado, como propostas de metodologias específicas ou adaptações didáticas para atender a diferentes deficiências e a diferenças individuais (FERNANDES, 2011).

Como parte dessa remodelagem, “[...] a história recente da educação inclusiva em nosso país já registra algumas alterações, uma vez que o seu início é

marcado pela herança da educação especial, ela se distancia desta com o passar dos anos” (DIAS, 2011 p.37).

A Educação Inclusiva demora a ter visibilidade perante a sociedade como parte fundamental do ensino escolar. No final do século XVIII, o assunto começa a ganhar força na área científica, legitimando a pauta das deficiências e as divergências humanas, que passa a compor cientificamente na medicina. Com essa mudança de visão, não mais relacionado com a esfera divina, mas relacionado com o mau funcionamento biológico do homem, ocorre questionamentos sobre a “educabilidade” do indivíduo. Com esse movimento histórico, viabiliza a possibilidade da busca de meios de adaptações dessa pessoa, para reinseri-la na sociedade através de treinamentos comportamentais, terapias entre outros recursos, assim gerando a educação especial (PESSOTTI, 1984; GOULD, 1999).

Com o início da inserção desses alunos na escola regular, foram tomadas algumas medidas para seu desenvolvimento educacional. A escolarização dessas pessoas com algum tipo de desconformidade começa a se modificar com mais significância no século XX. Desta forma, começam a ser tratadas questões de adaptações na aprendizagem, como atividades que desenvolvam a autonomia na vida diária e na sua convivência em sociedade (MINETTO, 2008).

De acordo com a afirmação da Declaração de Salamanca, Brasil (1994), compõe a programática considerada uma Política de Inclusão Mundial. O documento traz uma insatisfação da qualidade de ensino, assim reunindo organizações governamentais e não governamentais, que acabaram designando princípios e diretrizes, que iriam afetar todas as crianças do mundo, de modo que suas necessidades de aprendizagens sejam atendidas. A escola começa a assumir um papel de responsabilidade, onde atribui - se o dever de trabalhar a aprendizagem e o desenvolvimento social do aluno.

“A educação é responsável pela socialização que é a possibilidade de convívio, com a qualidade de vida, de uma pessoa na sociedade, viabiliza, portanto, com caráter cultural acentuando, a interação do indivíduo com o meio” (MINETTO, 2008 p.19).

A Educação Inclusiva é uma técnica inovadora que se destaca a qualidade de ensino para todos os alunos, independente das suas diferenças, também exigem da escola e dos professores uma modernização e um aperfeiçoamento das suas práticas pedagógicas. São obstáculos a serem superados por todos os profissionais de educação e suas comunidades, pais e alunos, aprendendo mais sobre a diversidade humana, a fim de buscar compreensão e os modos diferenciados de cada um ser, agir, sentir e pensar (DELOU, 2008).

2.1. Breve Histórico sobre o Autismo

Autismo tem a origem grega “autos”, que vem com o significado de próprio, si mesmo e voltado, que caracteriza um foco a si próprio. Eugen Bleuler foi o primeiro a usar o termo “autismo”, em 1908, onde analisava um comportamento de um grupo de pessoas que apresentavam indícios de um possível diagnóstico de esquizofrenia (GADIA; et al. 2004; NUNES, 2013). No entanto, apesar de Eugen Bleuler nomear esse transtorno, os primeiros pioneiros a tratar do assunto foi Leo Kanner e Hans Asperger, ambos nascidos na Áustria e estudaram em Viena, porém nunca se encontraram, trabalhando separadamente promovendo publicações que falavam sobre o transtorno.

Em 1943, Kanner, usou o termo “autismo infantil”, onde caracterizava um grupo de crianças que apresentavam dificuldades em interagir com outras pessoas, complicações graves de linguagens e uma preocupação com as mudanças a sua volta (BOSA, 2009). Para Kanner, o transtorno está presente logo na primeira infância, onde são perceptíveis as dificuldades em interação afetiva e a interpessoal. (GADIA; TUCHMAN. ROTTA, 2004; NUNES 2013).

Outros autores que reafirmam o que Kanner defendia e também apontaram novas características são Alves, Lisboa e Lisboa (2010), para ambos:

A percepção como, por exemplo, dificuldades para entender o que ouve; de desenvolvimento, principalmente nas esferas motoras, da linguagem e social; de relacionamento social, expresso principalmente através do olhar, da ausência. Do sorriso social, do movimento antecipatório e do contato físico; de fala e de linguagem que variam do mutismo total à inversão pronominal (utilização do você para referir-se a si próprio), repetição involuntária de palavras ou frases que ouviu (ecolalia); movimento caracterizado por maneirismos e movimentos estereotipados (ALVES; LISBOA E LISBOA. p.7).

Tendo outra perspectiva sobre o transtorno, o pediatra Hans Asperger, relatou também em sua tese denominada “Psicopatologia Autísticas da Infância”, onde estudou e observou um grupo de crianças com atraso no desenvolvimento, entretanto sem ser caracterizado o retardo mental e havendo semelhança aos estudos de Kanner, o mesmo nomeia de psicopatia autística, que futuramente ficou conhecida como Síndrome de Asperger.

Segundo Bosa (2002):

As descrições de Asperger (1944) são na verdade mais amplas que as de Kanner, cobrindo características que não foram levantadas por Kanner, além de incluir casos envolvendo comprometimento orgânico. Ressaltou a questão da dificuldade das crianças que observava em fixar o olhar durante situações sociais, mas também fez ressalvas quanto à presença de olhar periférico e breve; chamou a atenção para as peculiaridades dos gestos – carentes de significado e caracterizados por estereotípias – e da fala, a qual se podia apresentar sem problemas de gramática e com vocabulário variado, porém monótona. Salientou não tanto o extremo retraimento social, tal qual Kanner fizera, mas a forma ingênua e inapropriada de aproximar-se das pessoas. Notou, ainda, a dificuldade dos pais em constatar comprometimentos nos três primeiros anos de vida da criança (BOSA, 2002, p.25).

Embora as características dos estudos feitos fossem parecidas, Asperger expunha uma inteligência e linguagem desenvolvida em relação ao autismo, assim tendo uma melhor suposição. Lembrando que apesar da semelhança entre seus estudos, eles desconheciam a obra um do outro, porém utilizando o mesmo termo autismo, que se referiam ao trabalho de Bleuler (RIBEIRO, 2013).

Sendo uma referencia mundial a Associação Americana de psiquiatria, em 1952 divulga a primeira edição do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Doença Mentais (DSM – 1). Essa publicação oferece terminologias e parâmetros para o diagnóstico de transtornos mentais determinados. Alguns dos sintomas presentes nesse manual são parecidos com as características do autismo, porém era considerado um subgrupo da esquizofrenia infantil, não se entendendo como um transtorno específico com suas particularidades. (DSM – 5, 2014).

Com uma definição inovadora, o psiquiatra Michael Rutter, em 1980, ganhou destaque na pesquisa científica relacionada ao autismo, influenciando na construção do DSM, na condição específica, colocando o autismo em outra classificação, do Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID) (MERCADANTE et al. 2006)

O termo reflete a múltiplas áreas de fundamentos do cérebro que são afetadas pelo autismo. Já a psiquiatra Lorna Wing, desenvolveu uma definição de autismo como um espectro e recomenda o termo Síndrome de Asperger, em referencia a Hans Asperger. Sua pesquisa se difundiu pelo do mundo, dando uma nova visão ao autismo. Além de psiquiatra, também era mãe de uma criança com autismo, onde defendia uma melhor percepção de serviços para a criança com autismo e sua família. Com seu ativismo, fundou a Sociedade Nacional do Autismo (National Autistic Society) com Judith Gold e o Centro Lorna Wing (ONG AUTISMO & REALIDADE).

Em 1994, em um estudo Internacional Multicêntrico, mais de mil casos foram analisados por mais de cem avaliadores clínicos. A Categorização do DSM – 4 e da CID – 10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças) foram unificados para evitar possíveis conflitos entre pesquisadores clínicos, que trabalham ao redor do mundo, guiados por um ou outro sistema nosológico. A classificação do espectro do autismo é ampliada, com a adição da Síndrome de Asperger ao DSM, onde casos brandos, o qual as pessoas que tendem a ser mais funcionais são inclusos (KLIN, 2006)

Andrew Wakefield, médico britânico, divulgou um estado prévio relatando uma possível causa para o autismo, como sendo a vacina que protege contra Sarampo, Rubéola e Caxumba, outros cientistas desacreditaram totalmente de seus estudos.

Posteriormente, em 2010, Wakefield foi considerado inapto para continuar exercendo a medicina (BBC NEWS BRASIL, 2010).

A Organização das Nações Unidas (ONU) em dezembro de 2007, instituiu o dia 2 de Abril como o Dia Mundial De Conscientização do Autismo (World Autism Awareness Day) em que os cartões – postais de todo o planeta se iluminaram de azul para marcar a data e chamar atenção da mídia e da sociedade para o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Exemplos pelo mundo: Torre Eiffel na França, as pirâmides do Egito, Empire State Building nos Estados Unidos e no Brasil, o Cristo Redentor no Rio de Janeiro (REVISTA AUTISMO).

Na Lei Berenice Piana (12.764/12), instituída em 2012, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com o Transtorno do Espectro Autista, essa lei assegura o compromisso do país em viabilizar o direito a um diagnóstico precoce, tratamento, terapia e medicamentos; acesso à Educação; à proteção social (benefícios, cuidados e moradia); ao trabalho e à provisões adequadas de serviços que lhes propiciem a igualdade de oportunidades (BRASIL, 2012).

A partir da elaboração do DSM – 5 em 2013, todas as nomenclaturas foram abrigadas dentro do termo Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), porém o diagnóstico é acompanhado de um relato médico indicando se os sintomas apresentados são leves, moderados ou severos, se apresenta deficiência intelectual ou não; deficiência de linguagem ou não; catatonia; se existem causas médicas, genéticas ou ambientais conhecidas e se está acompanhado de outros transtornos de desenvolvimento neurológico, mental ou comportamental (MELLO, 2013).

Devido aos estudos e as conquistas alcançadas, surgiu em 2015 a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/15), a qual engloba também o Transtorno do Espectro do Autismo, quando definiu a pessoa com deficiência como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial”, de acordo com o artigo 2º, assim aumentando a proteção e entrando como marco importante na defesa da igualdade de direitos dos deficientes. A lei também vem com o intuito de combater a discriminação; e da regulamentação da acessibilidade e do atendimento prioritário. Como um reconhecimento atual, foi sancionada no último ano de 2018, a lei 13.652/2018, que

estabelece o dia 2 de Abril como o Dia Nacional da Conscientização sobre o Autismo, seguindo a convenção da Organização das Nações Unidas, que celebra a data desde 2008.

2.2. Métodos e Práticas para o Desenvolvimento de Alunos com TEA

O método ABA (Análise de Comportamento Aplicada) a princípio ficou conhecido como modelo Lovaas por causa de seu precursor Ivar Lovaas, que expos os frutos do seu estudo de longo prazo sobre o tratamento de mudanças comportamentais em crianças com autismo. Segundo Ferreira (2013) o principal objetivo do método é ensinar comportamentos que permitam uma vida independente tanto na sociedade, quanto na aprendizagem.

Análise de comportamento aplicada, vem sendo implantada e utilizada para a elaboração de intervenções que serão trabalhadas a favor da educação de pessoas com transtorno do espectro autista. O método promove a sistematização para desenvolver habilidades sociais, motoras nas áreas de comunicação e autocuidado, sendo implantadas de forma natural, utilizando reforços que depois de ensinados e compreendidos pelo aluno poderão ser retirados gradativamente, também utilizado no restringimento de condutas como estereotípias e agressividades, oferecendo novas ações consideradas aceitáveis para a sociedade, ao término disso, os dados são reunidos e analisados (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015 p. 81-82).

Baseado no Manual Autism Speaks (2011) o ABA provê a comprovação científica de como e por que ele ocorre já para Camargo e Rispoli (2013) o método pode se definir como uma prática que se aplica na vida real do aluno, em situações que o mesmo vivencia, observando se seus comportamentos são pertinentes ou não, realizando uma análise do que pode ser melhorado (RIBEIRO E BLANCO, 2016).

A ferramenta contempla um desenvolvimento do aluno com autismo a partir das suas principais dificuldades apresentadas. De acordo com Moreira e Medeiros

(2007), os principais reguladores do método ABA são: observar, analisar, e explicar a associação entre ambiente, o comportamento humano e a aprendizagem.

Outro método utilizado para o desenvolvimento de crianças com TEA é o método TEACCH (Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com Desvantagens na Comunicação) que segundo Leon e Lewis (1997) o método tem como objetivo atender a Psicologia Comportamental e o Psicolinguística, onde desenvolve no autista o máximo da autonomia possível. A ferramenta foi criada pelo Dr. Eric Shopler, no fim da década de 1960 (SANTOS, 2005).

Com uma visão diferenciada para Fernandes (2010), o trabalho comportamental do método TEACCH, vem através da utilização de reforços, onde sempre deve ser lembrado frequentemente à criança sobre o comportamento que o profissional que desenvolve o trabalho com ela deseja alcançar, como se fosse um treinamento diário do que deve ser obtido. No entanto, o desenvolvimento psicolinguístico do método é trabalhado com o uso de imagens gerando a comunicação entre o visual e a ação a ser feita.

Para Leon e Lewis (1997), os principais pontos do TEACCH é a estrutura física de cada espaço ter a sua função, tendo uma sequência de atividades que a criança identifique o que será exigido dela, essa identificação ocorre através do uso direto de imagens que indiquem a ação a ser realizada pela criança (MOREIRA, 2005). Essas organizações obtidas visualmente como sinalização no ambiente promove uma autonomia da criança, que obtém informações que facilitam suas ações (FONSECA, CIOLA, 2014).

Segundo Giardinetto (2005), o TEACCH teve como finalidade de questionar o modo que tratavam as crianças com autismo, baseando se nos fundamentos da psicanálise. O modo psicodinâmico, tinha como estrutura os conflitos internos que eram vivenciados pelas crianças, como também o sentimento de rejeição que passavam inconscientemente e as dificuldades encontrada em se relacionar com os familiares. Para MELO (2007), o método se utilizava de um modo de avaliar, chamado PEP-R (Perfil Psicoeducacional Revisado) que avalia a dificuldade e os pontos fortes da criança, assim levando em conta tudo o que a criança obtém de sucesso ou não, efetuando um trabalho pedagógico individual.

O TEACCH se fundamenta na adaptação do ambiente de sala de aula e outros lugares frequentados pelo aluno, buscando com essas adaptações facilitar a compreensão do aluno nesse determinado local e sobre o que é esperado que o estudante realize. Com esse ambiente preparado para o aluno, ocorrerá a organização de tarefas, que através de imagens e escritas possibilitam ao mesmo uma autonomia em realizá-las, com mais independência, assim trabalhando a principal característica do método, que é desenvolver a independência do aluno (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2003).

A rotina destinada a criança com autismo, ao ser utilizado o método, é necessária uma organização sequencial, de modo claro onde o aluno entenda a proposta visualmente, sendo destinados aos espaços mais frequentados por esse aluno, como: área de aprendizagem, de trabalho independente e de descanso. Atualmente o método TEACCH foi ampliado e implantado em instituições de ensino. Ao redor do mundo, sendo adequado de acordo com as culturas de cada país ou região, e conforme a equipe que efetuará o desenvolvimento do método (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo apresenta métodos que podem ser trabalhados no ambiente escolar que ajudarão os professores a desenvolver habilidades e práticas de inclusão e autonomia do aluno com autismo, promovendo uma aprendizagem que facilitará tanto seu convívio na escola, quanto fora dela.

Através desta pesquisa concluímos a importância do desenvolvimento dos métodos TEACCH e ABA para a inclusão educacional e social de alunos com Transtorno do Espectro Autista, percebemos que o trabalho diário do comportamento e a importância de se trabalhar com imagens para direcionar suas ações a serem realizadas. Essas adaptações no âmbito educacional traz o direito do aluno, descrito por lei, onde a escola tem o dever de incluir e buscar assistências

técnicas para a aprendizagem que ajudem a sanar suas necessidades, tanto na aprendizagem, quanto na vida social.

4. REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência**: em companhia de Hércules. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

AMARAL, Lúgia Assumpção. **Histórias da Exclusão**: e de Inclusão? – na escola pública. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICÓLOGOS. Educação Especial em debate. São Paulo: Casa do Psicólogo/Conselho Regional de Psicologia, 1997.

ALVES, M. M.; LISBOA, D. O.; LISBOA, D. O. IV Colóquio Internacional **Educação e Contemporaneidade**. Laranjeiras - SP, 2010.

BBC NEWS BRASIL. Paula Adamo Idoeta. **A história que deu origem ao mito da ligação entre vacinas e autismo**. 24 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-40663622>> Acesso: 26 de set. 2019.

BOSA, C. A. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. (Org.). **Autismo e Educação**: reflexões e propostas de Intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BOSA, Cleonice. CALLIAS, Maria. **Autismo**: breve revisão de diferentes abordagens Psicol. Reflex. Crit. vol 13 n.1. 2000 Porto Alegre.

BRASIL, **Declaração de Salamanca**. Brasília, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 20 maio 2019.

_____. Lei n. 9.394, de 20 dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 23 mar.2019.

_____. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012 **Lei Berenice Piana**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>> Acesso em: 23 mar. 2019.

_____. Lei n. 13.652, de 16 de abril de 2018. **Dia Nacional da Conscientização sobre o Autismo**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/535988-dia-nacional-de-conscientizacao-sobre-o-autismo-e-criado-por-lei/>> Acesso: 16 de jul. 2019.



_____. Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> acesso em: 16 de jul. 2019.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Lei n.9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lldb.pdf>> Acesso em: 23 mar.2019.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo** - 2. ed. rev. - Brasília: MEC, SEESP, .2003.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial **Ensaio pedagógico**. Brasília: 2006.

_____. Ministério Da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRAZILIAN JOURNAL OF PSYCHIATRY. KLIN, A. - Yale - **Revista Brasileira de Psiquiatria**: Rev. Bras. Psiquiatr. vol.28 suppl.1 São Paulo May 2006. Acesso em: 15 de julho de 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000500002>

BOSA, C. A. **Competência social, inclusão escolar e autismo**: revisão crítica da literatura. Psicologia & Sociedade. Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 65-74, 2009.

DELOU, Cristina Mara Carvalho. **Educação Inclusiva**/ Organizadora Suely Pereira da Silva Rosa. Curitiba: X. ed. IESDE Brasil S.A., 2008.

DIAS, Marian Ávila de lima e. **O cotidiano da escola**: as novas demandas educacionais/ Organizadoras Denise D'Aurea – Tardeli, Fraulein Vidigal de Paula. São Paulo: Cengage Learning, 2015. 1 reimpr. da 1. ed. de 2011.

DSM-5, **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** [recurso eletrônico]: / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para a educação especial**. Curitiba: Editora IBPEX, 2. ed. rev. e atual. 2011.

FERNANDES, S. F. da S. N. **A adequabilidade do modelo TEACCH para a promoção do desenvolvimento da criança com autismo**. Ed. Porto, 2010.

FERREIRA, E.S. **Relevância de Programas de Ensino para Alunos com Autismo**: Possibilidade do uso de seus componentes no contexto da Educação Infantil – TCC, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, RS, Brasil 2013.

FONSECA, M. E. G.; CIOLA J. C. B. **Vejo e Aprendo: Fundamentos do Programa TEACCH**: O ensino estruturado para pessoas com autismo. Ribeirão Preto: Book Toy, 2014.

GADIA, C.A.; TUCHMAN, R.; ROTTA, N. T. **Autismo e Doenças Invasivas do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Jornal de Pediatria, 2004.

GIARDINETTO, A. R. S. B. **Comparando a interação social de crianças autistas**: as contribuições dos programas TEACCH e Currículo Funcional Natural. 2005. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial), Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

GOULD, S.J. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JANUZZI, G.S.M. **A Educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

LEON, Viviane & LEWIS, Soni. **Grupos com autista**. In: ZIMERMAN, David & OSORIO, Luis Carlos (orgs.). Como Trabalhamos com Grupos. Porto Alegre: Artmed, 1997.

LOANGO, Elen Cristina Vignolli. **Educação Especial e Autismo** [livro eletrônico]/ Organizadores Robson Batista Dias, Paola Gianotto Braga, Adriana Aparecida Burato Marques Buytendorp. Campo Grande: 1. Ed. e-book PDF. Perse 2017.

MELLO, Ana Maria S. **Revista de Autismo**: guia prático / Ana Maria S. Ros de Mello; cola- 6.ed boração: Marialice de Castro Vatauvuk. 6.ed. __ São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. 104 p.: il. 21cm. Acesso em: 09 de Maio de 2019. Disponível em: <<https://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/Cartilha8aedio.pdf>>.

MENDES, E.G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v.1, p 33, set./dez. 2006.

MERCADANTE, Marcos T. VAN DER GAAG, Rutger J. SCHWARTZMAN, Jose S. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. vol.28 suppl.1 São Paulo: Maio 2006

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio** / Maria de Fátima Minetto. – 2. ed. rev. atual. ampl. – Curitiba: Ibpex, 2008.

MOREIRA, P. S. T. **Autismo: a difícil arte de educar**. Psicologia: O Portal dos Psicólogos. Disponível em:
<http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0250> Acesso em: 27 maio 2019.

NUNES, Débora Regina de Paula. AZEVEDO, Mariana Queiroz Orrico. SCHMIDT, Carlo. **Inclusão Educacional de Pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura**. Revista Educação Especial v. 26 n. 47 p.557-572 set./dez.2013 Santa Maria.

ONG. **Autismo e Realidade**. Disponível em: <<https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/>> Acesso em: 16 de jul. 2019.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: Edusp, 1984.

Revista Autismo: **Dia Mundial de Conscientização do Autismo**. Disponível em: <<https://www.revistaautismo.com.br/diamundial/>> Acesso em: 16 de jul. 2019.

RIBEIRO, E.L. **A comunicação entre professores e alunos autistas no contexto da escola regular: Desafios e possibilidades**. 2013. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

RIBEIRO, E.M.A. BLANCO, M.B. **Um estudo sobre as propostas de intervenção com crianças autistas em sala de aula**. In: Os desafios da escola paranaense na perspectiva de professor PDE – Artigos 2016.

RIBEIRO, S. **ABA: uma intervenção comportamental eficaz em caso de autismo**. In: Revista Autismo, set. 2010.

SANTOS, Fabiana. **Educação Inclusiva/** Organizadora Suely Pereira da Silva Rosa. Curitiba: X. ed. IESDE Brasil S.A., 2008.

SANTOS, F. D. **Autismo e psicologia clínica de abordagem dinâmica numa sala. TEACCH: reflexões e partilha duma prática**. **Revista Portuguesa de Psicossomática**. v. 7, n. 1-2, jan.- dez. 2005.

SERRA, D. Sobre a inclusão de alunos com autismo na escola regular. Quando o campo é quem escolhe a teoria. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 1, n. 2, 2010.
STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: ArtMed, 1999.



Sociedade Cultural e Educacional de Itapeva
Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva - FAIT

Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT

ISSN 1806-6933

VOLKMAR, F. KLIN, A. SIEGEL, B. SZATMARI, P. LORD, C. CAMPBELL, M. FREEMAN, B.J. CICHETTI, DV. RUTTER, M. KLINE, W. **Field trial for autistic disorder in DSM-IV**. Am J Psychiatry. 1994.